

TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA: O QUE JÁ SABEMOS?

Ana Patricia de Oliveira Martins ¹

Cláudia Alquati Bisol ²

RESUMO

Este trabalho busca discutir a transexualidade na escola, a partir de uma revisão de literatura que tem por base dissertações e teses. Nessa direção, se questiona o que é possível construir na escola com estudantes, professores, gestores e familiares dos discentes, a fim de pensar a diversidade sexual e a inclusão escolar. Utilizou-se estudos publicados entre os anos de 2010 e 2022 disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). São debatidos temas como: nomeação de estudantes com o nome social, uso do banheiro escolar, violência simbólica, menstruação/masculinidade, docência trans e possibilidades de práticas emancipatórias que acolham as diferenças na escola e debatam a sexualidade humana de modo a pensar a transexualidade a partir de diferentes perspectivas. Assim, compreende-se que a transexualidade não trata apenas do sexual, e sim de tudo que coloca o sujeito em reconhecimento do seu corpo com a imagem que construiu de si. Por essa razão, essa condição do sujeito fala de muito mais do que o aspecto sexual de uma determinação pela natureza. Com base nos estudos de gênero, sexualidade e educação propostos por autoras como Louro e Bento, a escola é um lugar difícil para assumir a condição transexual, contudo é também lugar onde as diferenças se encontram e com isso, as diversas identidades podem caminhar juntas e trilhar saídas que propiciem espaços socioculturais que tenham como foco o respeito às diferenças e às diversidades. Sendo assim, a partir desse viés, a(o) docente é convocada(o) a se reinventar. Este texto faz parte da pesquisa sobre transexualidade na escola, que se encontra em construção no Mestrado em Educação na Universidade de Caxias do Sul.

Palavras-chave: Transexualidade, Escola, Professores, Estudantes, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O universo da escola absorve e retrata as experiências humanas no mundo. É na escola, depois da família, que ocorrem os primeiros confrontos com a possibilidade de entender contextos divergentes e muitas vezes impensados. Estudantes e professoras(es) se esforçam para se atualizar sobre a compreensão da existência humana. Nesse sentido, a moral e a ética são convocadas para sustentar as práticas educacionais e de convivência humana.

A transexualidade na escola é um tema espinhoso na atualidade. Os discursos transitam entre a moral, a patologização, a religião, a punição e a inclusão. Para mergulhar nas pesquisas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, apomartins@ucs.br

² Professora orientadora dessa pesquisa. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora adjunta do Curso de Psicologia, do Mestrado Profissional em Psicologia (PPGpsi) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) - Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, cabisol@ucs.br

realizadas sobre a temática transexualidade na escola, realizou-se uma busca na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a fim de verificar quais estudos já foram feitos sobre essa temática. A busca foi feita a partir dos descritores: transexualidade, escola, transgênero e professores. Dessa busca, interessa 30 pesquisas, sendo 23 dissertações, 07 teses, que abordavam a transexualidade, a escola e as(os) professoras(es).

A primeira publicação data de 2010 e essa busca efetivou-se entre os anos de 2010 a 2022. Salientamos que não foram encontradas pesquisas com os descritores escolhidos em anos anteriores a 2010.

Nessas 30 pesquisas, verificamos assuntos na perspectiva de: estudantes e professoras transexuais³, professoras(es) e estudantes cisgêneros⁴, de gestoras(es) escolares, de currículos, de políticas públicas e de emprego para as pessoas trans. Ressaltamos a importância de algumas pesquisas desenvolvidas por pesquisadoras trans que colaboram com seus saberes para a educação.

No que se refere a estudantes trans, Andrade (2012) relata alguns impedimentos a estudantes travestis do Ensino Médio, como: não nomeação do nome feminino, dificuldade de acesso ao banheiro, ausência de projeto pedagógico que reconheça a existência dessas estudantes, ausência de material didático que aborde a diversidade sexual, inexistência de formação para a comunidade escolar sobre a temática da diversidade sexual, desrespeito à laicidade do Estado, punição simbólica a partir de princípios heteronormativos⁵ e impedimento a estudantes travestis de participarem de festas e formaturas.

Ainda sob esse viés, Ribeiro (2020) traz relatos de vidas de estudantes homens trans e revela tanto a violência simbólica no espaço escolar, como tentativas de acolhimento. Esse estudo demonstra a possibilidade de práticas emancipatórias que acolham as diferenças na escola.

Os estudos revelam que as(os) estudantes trans vivenciam muitos conflitos na escola, desde humilhações, brincadeiras, tanto vindas de discentes como de docentes, bem como passam por dificuldades/violências quanto ao direito básico de usar o banheiro (SILVA, 2015b; SANTOS SOBRINHO, 2018; RIBEIRO, 2020; XAVIER 2020).

³ *Transexual, transgênero* ou *trans* é o termo que identifica pessoas que receberam ao nascer uma determinação sexual e quando adultas não se identificam com essa determinação.

⁴ *Cisgênero* ou *cis* é o termo que identifica pessoas que receberam ao nascer uma determinação sexual e se identificam com sua genitália.

⁵ A heteronormatividade está pautada no princípio binário de que a normalidade está na divisão do que é ser homem e mulher com relações heterossexuais (relação homem cis/mulher cis).

Uma situação nova para ser pensada e elaborada na escola é a menstruação e a masculinidade. Essa é uma questão nova para as(os) professoras(es), uma vez que a ideia de um homem que menstrua, rompe com conceitos ensinados na escola e não são propagados pela cultura (PONTES, 2021). Sobre o assunto menstruação e escola fazemos uma ressalva pensando na Lei 14.214/2021⁶ promulgada no ano de 2022 no que tange o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual. Na citada lei, os absorventes serão disponibilizados às mulheres. Entendemos o avanço aqui proposto, mas lembramos dos estudantes homens trans que terão que ser acolhidos pela gestão para participar do programa, uma vez que são homens e menstruem. Acreditamos que essa questão precisa ser debatida nas formações de professoras(es), pois pode significar um ponto de permanência ou exclusão/impedimento desses estudantes na escola.

Sabe-se que as(os) estudantes LGBT relatam solidão e desamparo, mas buscam reconhecimento, aceitação e respeito. A sexualidade é um tabu na escola, e acolher a diversidade ainda configura um desafio, sendo a escola pública disciplinadora e castradora da sexualidade fora da heteronormatividade (DUARTE, 2015). Na nossa cultura a sexualidade, o sexo, as drogas e o adoecimento psíquico são entraves que são debatidos de forma superficial no ambiente escolar, pois talvez sejam entendidos como algo que se não falados, não existem, nem complicam a dinâmica da escola.

Já quanto à escuta das(os) professoras(es) aos estudantes transexuais, Pontes (2021) discute o papel da escola, suas normativas e a condução docente diante dessa demanda, identificando os conceitos binários sobre os quais as(os) professoras(es) se sustentam. Nos estudos de Coelho (2014), as(os) professoras(es) reconhecem o preconceito com estudantes LGBT e relatam o impacto, sobretudo, da(o) estudante transgênero na dinâmica escolar. Essa pesquisa demonstrou a necessidade de ampliar o estudo da matéria ciências, para além do conceito de reprodução e trazendo também para a sexualidade. As(os) professoras(es) dessa matéria apontaram a falta de formação para abordar o assunto sexualidade e convocaram outras(os) professoras(es) de outras matérias para também falar sobre esse assunto com as(os) estudantes. Parece que a homossexualidade nas escolas é mais aceita, estudantes gays ou lésbicas já fazem parte da rotina escolar, mas a transexualidade é algo que é pouco

⁶ Lei 14.214, de 6 de outubro de 2021, institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Fonte: <https://www.in.gov.br>

compreendida ainda. Sobre essa questão, acreditamos que o pensamento binário (homem/mulher, certo/errado, claro/escuro) que permeia a prática de ensinar e aprender, contribui para a dificuldade de ampliar o conceito do que se constitui um homem, uma mulher, um gay, uma lésbica, um(a) bissexual, um(a) transexual. A escola trabalha com conceitos muitas vezes fechados e objetivos, sendo isso muitas vezes facilitador do aprendizado, contudo o que as mudanças culturais demonstram é que o pensamento binário não dá mais conta de tudo. Para isso sempre lembramos da experiência de fazer um buraco com as mãos na areia da praia. Você faz o buraco com as mãos, mas para aprofundá-lo você precisa alargar as bordas e algumas vezes a areia cede por conta própria. Não é possível fazer o buraco na areia com as mãos com a precisão de uma sonda de perfuração. As mãos humanas não são máquinas e precisam de espaço para a criação surgir.

Na direção da criação, Guimarães (2017) relata resistência por parte das(os) docentes à aceitação das(os) estudantes LGBT, mas afirma que as(os) professoras(es) gostariam de ter formação e políticas públicas que dessem conta dessas questões. Aqui se revela um potencial, as(os) professoras(es) se inquietam, se afetam e desejam amparo para saber mais, além dos conceitos formais e naturalizados pela cultura.

A permanência do conceito biológico de naturalização do sexo, do gênero e da sexualidade na escola demonstram que as(os) estudantes LGBT sabem que não devem revelar sua sexualidade nos intramuros da escola. Nesse sentido também na escola precisam ocorrer as desconstruções de concepções naturalizadas sobre a sexualidade (BRAGA, 2012). Falamos aqui de naturalização do conceito de binaridade do sexo, do gênero e das práticas sexuais. Se às(aos) estudantes é colocado um muro que cerca o aceito no campo da sexualidade na escola, e estando elas(es) no tempo da adolescência, tempo de dúvidas, incertezas e desamparos, não estaria a escola negligenciando com suas(seus) discentes, sem fazer o devido acolhimento e amparo para a passagem por esse processo (adolescência e vivência/descoberta da sexualidade)? Esse corpo em transformação pela adolescência não precisa de suporte que sustente o transitar pelas dúvidas, pelas experiências?

Na vertente de pensar o corpo e suas possibilidades no ambiente escolar, as pesquisas trazem uma preocupação no ensino da matéria de ciências (COELHO, 2014) e, também, no de biologia (NASCIMENTO, 2018), pelo fato dessas matérias articularem os conceitos biológicos, porém, esses autores afirmam a necessidade de ampliar os saberes para refletir sobre a diversidade sexual que não está restrita às questões biológicas. Nesse sentido, a(o) docente tem um papel importante ao trazer essa temática de forma atualizada, permitindo o questionamento

das curiosidades por parte das(os) estudantes e podendo encontrar intervenções que promovam o diálogo e mudanças curriculares.

Sobre a posição das(os) professoras(es) e gestores, Andrade (2012) afirma que as(os) estudantes que fogem às regras são compreendidas(os) como anormais e sem direitos, sendo indesejadas(os) na escola. Outro ponto, conforme Silva (2015a), é que as(os) gestoras(es) não têm formação inicial e continuada sobre diferenças sexuais e de gênero, direcionam discursos preconceituosos e discriminatórios às(aos) estudantes trans e desconhecem políticas públicas para uma escola inclusiva. Abrangendo a dificuldade do uso do nome social e a utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero. Quanto a isso, Silva (2019) fala sobre a importância de as(os) professoras(es) refletirem sobre suas práticas e reverem alguns conceitos que já não atendem ao mundo escolar atual. Nessa pesquisa as(os) professoras(es) dizem que a interação dos pais com a escola é importante para promover o diálogo e a inclusão de estudantes trans. Ousamos dizer que a docência convoca uma maior participação da família sobre o assunto sexualidade das(os) estudantes.

No espaço escolar, Santos (2010) revela a exclusão e o abandono dos estudos por parte das(os) estudantes trans, e Coelho (2014) relata que a homossexualidade e a bissexualidade são mais aceitas; já às travestis é revelado um ódio perturbador. Em contrapartida, Xavier (2020) acredita que desestabilizar as normas de gênero, a homofobia e a transfobia é uma forma de garantir a educação para todos. Além disso, apesar de todas as dificuldades, estudantes trans estão resistindo, permanecendo na escola e conseguindo empregos. Fournier (2020) relata a importância do preparatório para o ENEM com foco em estudantes trans, propiciando ingresso nas universidades e consciência política construída coletivamente. Lembramos que a Lei de Cotas⁷ (Lei Federal 12.711/2012) de acesso às universidades desafiou muitas estruturas sociais do nosso país e trouxe consigo mudanças significativas. Temas nunca ou pouco debatidos no mundo acadêmico confrontaram as verdades e práticas que antes eram entendidas como “normais” e “boas”. Fato que percebemos também sobre a transexualidade. Essa condição humana é relatada de longos tempos, mas com estudantes trans nas universidades ganha-se com a riqueza das trocas de experiências, com a escuta da diversidade e com a ampliação do debate sobre a complexidade humana.

⁷ A Lei nº 12.711/2012, foi sancionada em agosto de 2012. Se destina a garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia às alunas e alunos do Ensino Médio das escolas públicas, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Fonte: <http://portal.mec.gov.br>.

Existe uma relação entre violência sofrida por travesti com baixa escolaridade, professoras trans e impedimento/exclusão/expulsão de estudantes trans da escola. No que se refere a violências, Silva (2020) ressalta que as travestis com baixa escolaridade têm maior probabilidade de sofrer violências, com isso, torna-se imprescindível pensar em políticas públicas não apenas no viés da prevenção de doenças, mas também para a promoção da inclusão escolar e do trabalho. Apesar dessa violência, as estudantes travestis resistem e não se assujeitam às normas de comportamento pré-estabelecidas pela escola (ANDRADE, 2012).

Sobre as professoras trans, Santos (2017) relata que essas docentes são aceitas na nomeação de transexuais e não é permitido o enquadramento dessa docência na condição de professora travesti. Configura-se uma recriação do passado, que a autora afirma como sendo a docência decente, sendo a travesti associada ao lugar do sexo, do escândalo e da prostituição. Parece que a escola aceita uma professora trans, mas não uma professora travesti, bem como tenta vigiar e disciplinar o corpo dessa professora para detê-lo dentro da decência moral.

Reidel (2013) traz para as professoras trans, a pedagogia do salto alto e revela que as(os) estudantes procuram essas professoras para serem homenageadas nos eventos escolares. A pesquisadora afirma que as professoras trans burlam o conceito heteronormativo presente na escola e agregam as(os) estudantes em seu entorno. Essas(es) estudantes procuram essa professora para falar de suas angústias que não estão ligadas apenas às questões da sexualidade. Nessa condição as professoras trans criam novas linguagens dentro da escola. Aqui ficamos a pensar: será que a professora trans permite um fluxo de escuta e diálogo que é percebido pelas(os) estudantes? Ou seriam essas(es) estudantes mais abertas(os) ao novo e atuantes na sua condição de escutar a professora trans para além da sua transexualidade?

Modesto (2017) relata a história de uma professora trans que tem muita coragem e resistência para enfrentar o preconceito de seus pares docentes e gestores, sendo chamada pelo seu nome de nascimento em seu ambiente de trabalho, uma vez que não conseguiu o nome social. Essa pesquisa revela que talvez só seja possível a docência trans em espaços de escolas públicas com ingresso via concurso público. Carlos (2021) traz em sua pesquisa a história de uma professora trans que relata humilhação e exclusão quando estudante e na docência. O que nos interrogamos e nos afetamos é sobre a resistência em chamar uma colega de trabalho, docente, detentora de um saber e de um viver, por um nome que não a representa, a que e a quem essa violência se destina?

Quanto a crianças trans no meio escolar, Silva (2019) apresenta conceitos e condutas da escola com essas(es) estudantes, trazendo o debate para questões referentes à inclusão e à evasão escolar de estudantes trans, como pontos de preocupação que transpõem a ideia para uma situação de

expulsão da escola. Um fato que preocupa ainda mais, conforme o estudo da referida autora, é a força que as religiões evangélica e católica têm para com algumas pessoas, fortalecendo o preconceito, o silenciamento e a exclusão. Embora já exista igrejas evangélicas⁸ com a proposta de acolher pessoas trans, que têm na sua administração pessoas LGBT.

O nome social é apontado em alguns estudos (SILVA, 2015a; ALVES, 2016; SILVA, 2019) como um mecanismo capaz de diminuir a exclusão e favorecer a permanência da(o) estudante trans na escola, uma vez que será utilizado, também, pelas(os) professoras(es) na hora da chamada ou quando chamar a(o) discente pelo nome pelo qual esta(e) se identifica. Já Silva (2015a) apresenta em sua pesquisa que professoras(es) do EJA desconhecem os direitos das(os) estudantes trans no que se refere ao uso do nome social e o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero. Essa pesquisa revela um ponto de tensão no EJA, pois essas(es) estudantes já estão fora da faixa proposta de seus estudos na escola; então seriam o público que precisa de maior acolhimento para permanecer e concluir os estudos, contudo também nesse público que deveria ser visto com mais cuidado, as políticas de inclusão construídas a partir do nome social não são de conhecimento e de efetiva atuação dos professores. O que ocorre? O EJA é entendido como “um favor” aos que não resistiram às pressões? Entendemos que essa não é a proposta do EJA. Talvez refletir sobre o cerne do EJA, sua amplitude e seu impacto social, introduza um novo olhar sobre as(os) estudantes como um todo.

Em contrapartida, Alves (2016) traz a compreensão do nome social a partir do diálogo entre professoras(es) e estudantes trans. Já Lima (2013) reconhece o nome social como uma política pública importante, mas que não acompanhou outros investimentos. Essa pesquisadora acredita que a inclusão escolar da diversidade depende de múltiplos fatores, não ficando apenas restrita ao nome social.

Na perspectiva da inclusão escolar das(os) estudantes trans, Vieira (2015), Oñoro (2019) e Ganem (2020) relatam que, ao se pensar na inclusão dessas(es) estudantes, se sustenta a ideia da educação como direito e forma de princípio da dignidade humana.

A escolarização permite melhores condições de trabalho, no entanto com a evasão/expulsão de estudantes trans ocorre a precarização do trabalho de mulheres trans trabalhadoras submetidas à desvalorização, sendo a prostituição ato transitório em busca de uma profissão mais valorizada (SOUZA, 2012). Fato que intensifica nesse público a importância da permanência na escola e do aprendizado para favorecer autonomia,

⁸ Em 1968 nos Estados Unidos (EUA), o Rev. Troy Perry cria a primeira igreja evangélica direcionada às pessoas LGBT. Hoje essa igreja tem sedes em vários países, inclusive no Brasil.

reconhecimento e dignidade humana. A escola precisa estar atenta ao desenrolar de suas práticas.

Segundo Araújo (2016), as(os) professoras(es) reconhecem que assuntos como gênero e sexualidade são necessários e gostariam de aprender sobre o assunto. Nunes (2020) afirma que aulas da matéria de história que abordam essa temática de gênero e sexualidade favorecem o pertencimento das(os) estudantes trans valorizando as diferenças e diversidades.

Na pesquisa de Doin (2021) as(os) professoras(es) revelam que em suas formações não tiveram discussões sobre o corpo, só ocorrendo contato significativo em formação continuada. Mesmo assim, Costa (2022) identifica que mesmo as(os) professoras(es) tendo experiência docente com estudantes trans, as práticas relacionadas a ensino não foram modificadas.

Diante dessas pesquisas apresentadas e das buscas que serão contínuas nas plataformas até a conclusão da pesquisa de mestrado, salientamos que um dos aspectos relevantes deste estudo está pautado na importância da discussão da temática transexualidade como um todo e, especificamente, se relacionada à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que é no ocupar-se e debruçar-se para escutar, estudar e refletir que surgem novas possibilidades de interação e convivência. No âmbito escolar, essa interação também favorece o aprendizado e a inserção social das(os) estudantes no mundo do trabalho e na vida adulta. Trazer reflexões sobre a condição da escola, na figura das(os) professoras(es), em acolher as(os) estudantes e favorecer sua permanência de forma inclusiva é um desafio que não pode esperar, assim como a relação entre docente e discente marcam as histórias desses sujeitos que estão a todo tempo na condição de aprendentes. Fomentar debates, discussões reflexivas com as(os) professoras(es) também é um dos focos desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Um nome sui generis**: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG. 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_AlvesCE_1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.



ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ARAÚJO, Denise Barros de. **Olhares e vozes da escola: elementos para a formação de políticas públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero**. 2016. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25813/1/Olhares%20e%20vozes%20da%20Escola.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRAGA, Denise da Silva. **Heteronormatividade e sexualidades LGBT: repercussões dos discursos escolares sobre sexualidade na constituição das sexualidades não normativas**. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/10325/1/Tese_Denise%20da%20Silva%20Braga.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

CARLOS, Héli da Rodrigues de Lima. **A biografia de uma professora trans em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3881/1/Helida-%20versao%20final%20corre%3%a7%c3%a3o%20-22-07-21.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

COELHO, Leandro Jorge. 2014 **Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos**. 2014. 160 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110899/000795239.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio 2022.

COSTA, Mariana Esteves. **“Cis”tema de educação e alunas travestis e transexuais: representações sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte**. 2022. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40787/1/cistema%20de%20educa%3%a7%c3%a3o%20e%20alunas%20travestis%20e%20transexuais%20representa%3%a7%c3%b5es%20sociais%20de%20professores%20e%20professoras%20da%20rede%20p%3%bablica%20de%20belo%20horizonte.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DOIN, Rafael Romeiro. **O corpo (des)conhecido na docência da educação infantil: narrativas docentes**. 2021. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14343/DISSERTA%3%87%3%83O_R_AFAEL_R_DOIN_2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 13 maio 2022.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do

Pará. Belém, 2015. Disponível em:

http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8380/1/Tese_RepresentacoesSociasUniversitari os.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

FOURNIER, Ana Cristina. **Educação e movimento social:** contribuições de um pré vestibular com recorte de gênero e sexualidade na vida de egressos trans. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2020. Disponível em:

<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/16746/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Ana%20Cristina%20Fournier%20-%202020%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GANEM, Bruno Rodrigues. **Resistindo para (re)existir:** identidades trans por entre experiências e memórias com a escola. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2020. Disponível em:

<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/16618/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Bruno%20Rodrigues%20Ganem%20-%202020%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GUIMARÃES, Camila de Carvalho Ouro. **Inclusão e integração social da criança e do adolescente transgênero no ambiente escolar:** um exercício de direito, saúde pública e cidadania. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética aplicada e Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/7751/1/Dissertacao%20Camila%20Guimaraes.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis.** 2013. 186 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16998/1/Maria%20Lucia%20Chaves%20Lima.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

MODESTO, Rubens Gonzaga. **Sobre coragem e resistência:** contando a história de Leona, professora e mulher trans. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2017. Disponível em:

www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9702/1/DISSERTAÇÃO_SobreCoragemResistencia.pdf Acesso em: 12 abr. 2022.

NASCIMENTO, Ariel Pereira Fernandes do. **A influência das diferentes culturas nas visões dos alunos da EJA-Manguinhos na discussão do tema sexualidade e gênero.** 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia; Biodiversidade e sociedade) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2018. Disponível em:

<https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/12110/1/Ariel%20Pereira%20Fernandes%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NUNES, Priscila Spindler Correa. **Gênero e sexualidade nas aulas de história:** composições para um currículo antinormativo. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em:



<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213527/001117310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2022.

OÑORO, Carmen dos Santos. **A transexualidade e o direito à educação inclusiva**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22844/2/Carmen%20dos%20Santos%20O%20c3%b1oro.pdf> Acesso em: 04 set. 2021.

PONTES, Gabriel Vicente Silva. **Homens no plural: tecnologias de gênero, corpo e acesso à saúde para transmasculinos no Ceará**. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60194/7/2021_dis_gvspotentes.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98604/000922589.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 set. 2021.

RIBEIRO, Samuel de Sá. **Análise discursivo-crítica dos relatos de homens trans em práticas socioescolares de Viçosa-MG**. 2020. 240 f. Dissertação (Mestrado em *Magister Scientiae*) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2020. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28315/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25058/Dissertacao%20Dayana%20final%20UFPR%202010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 set. 2022.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Docências Trans: entre a decência e a abjeção**. 2017. 447 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47741/R%20-%20T%20-%20DAYANA%20BRUNETTO%20CARLIN%20DOS%20SANTOS%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 set. 2021.

SANTOS SOBRINHO, Paulo Ribeiro dos. **Narrativas travestis e transexuais: transbordar resistências**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14063>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Luciano Marques da. **Trajatórias de alunos e alunas transgêneros na educação de jovens e adultos do município de Nova Iguaçu**. 2015a. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2015a. Disponível em:



<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/4378/2/2015%20-%20Luciano%20Marques%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

SILVA, Jesualdo. **Gênero e sexualidade no ambiente escolar: concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTT**. 2015b. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2015b.

Disponível em:

https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3499/1/110144_Jesualdo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA, Francisca Vilena da. **A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental**. 2019. 95 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019a. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18949/1/FranciscaVilenaDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

SILVA, Francisco Andesson Bezerra. **Fatores associados às violências perpetradas contra travestis no contexto familiar**. 2020. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Católica de Santos. Santos, 2020. Disponível em:

<https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/6421/1/Francisco%20Andesson%20Bezerra%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SOUZA, Heloísa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida. Campinas, 2012.

Disponível em: [https://repositorio.sis.puc-](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15935/ccv_ppgpsico_me_Heloisa_AS.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

[campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15935/ccv_ppgpsico_me_Heloisa_AS.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15935/ccv_ppgpsico_me_Heloisa_AS.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 mar. 2021.

VIEIRA, Ana Leticia. **Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/10673/1/Dissertacao%20-%20NORMALIZADA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

XAVIER, Thaís Pimentel de Oliveira. **Direito das pessoas trans à educação no município de São Paulo: histórias de abjeção, exclusão e resistência**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.48.2020.tde-15022021-171231. Acesso em: 10 jun. 2022.